

CONTRATO DE ALTERAÇÃO AO CONTRATO CONSTITUTIVO DO FUNDO DE PENSÕES S.T.E.T

ENTRE: **S.T.E.T – Sociedade Técnica de Equipamentos e Tractores, S.A.**, com Sede em Sacavém, no Prior Velho, com capital social de EUR 4.000.000, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Loures, com o número 564, titular do Cartão de Identificação de Pessoa Coletiva 500.237.433;

E: **CGD PENSÕES – SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.**, com sede em Lisboa, na Av. João XXI, n.º 63 e o capital social de EUR 3.000.000, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número de matrícula e de Pessoa Coletiva 502.777.460;

Considerando que:

- 1 – O Fundo de Pensões S.T.E.T., adiante designado por Fundo, foi constituído em 5 de novembro de 2003 mediante a celebração, na mesma data, de um Contrato Constitutivo entre a S.T.E.T. – Sociedade Técnica de Equipamentos e Tractores, S.A., na qualidade de Associado Fundador, e a Companhia de Seguros Fidelidade – Mundial, S.A., na qualidade de Entidade Gestora do Fundo;
- 2 – Por decisão do Associado que o Fundo, em 1 de janeiro de 2010, o Fundo passou a ser gerido pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.;
- 3 – A S.T.E.T. – Sociedade Técnica de Equipamentos e Tractores, S.A., enquanto Associado, a Companhia de Seguros Fidelidade – Mundial, S.A., enquanto Entidade Gestora cessante e a CGD Pensões concordaram com a referida transferência de gestão;
- 4 – Tendo em linha de conta a publicação da Lei 147/2015, de 9 de setembro que procedeu à alteração do Decreto-Lei 12/2006, de 20 de janeiro, procedeu-se à alteração da redação do Contrato de Constitutivo do Fundo;
- 5 – Aquando da alteração mencionada no ponto 2. dos presentes considerandos, por lapso, foram eliminadas as listagem de Participantes e Beneficiários



abrangidos pelo Plano de Pensões à data da constituição do Fundo, o que com a sua não inclusão tem impacto na definição de Participante;

6 – Decorrente do acima exposto, surge a necessidade de alterar a redação do Contrato Constitutivo.

É acordado pelas partes contratantes substituir o Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões S.T.E.T. atualmente em vigor pelo presente contrato, o qual irá ser assinado pelas partes e tem a seguinte redação:

Cláusula I

Denominação

O Fundo de Pensões Fechado adopta a denominação de “Fundo de Pensões S.T.E.T.”, adiante apenas designado apenas por Fundo.

Cláusula II

Objetivo

O Fundo tem por objetivo exclusivo garantir o financiamento das responsabilidades assumidas pela S.T.E.T. – Sociedade Técnica de Equipamentos e Tractores, S.A., de acordo com o Plano de Pensões constante do anexo I ao presente contrato, não tendo subjacente qualquer garantia de capital ou rendimento.

Cláusula III

Início e Duração e Data Aniversária

O Fundo constituiu-se em 5 de novembro de 2003, durará por tempo indeterminado e tem a sua data aniversária em 31 de dezembro de cada ano.

Cláusula IV

Associado

O Fundo tem apenas um Associado, que é a S.T.E.T. – Sociedade Técnica de Equipamentos e Tractores, S.A., adiante também designada por Associado.

Cláusula V

Participantes e Beneficiários do Fundo

1. São Participantes do Fundo os colaboradores da S.T.E.T. – Sociedade Técnica de Equipamentos e Tractores, S.A. cuja admissão na empresa ocorreu até outubro de 1988, bem como aqueles que, embora admitidos

posteriormente, tenham acordado com a empresa a atribuição dos benefícios constantes no Plano de Pensões, nos termos estabelecidos no ponto 3.. O grupo encontra-se fechado a novos Participantes.

2. São Beneficiários do Fundo as pessoas com direito às pensões previstas no respetivo Plano de Pensões e nos termos nele estabelecido, bem como os atuais pensionistas.
3. Os Anexos III (relação dos Participantes definidos no n.º 1 deste artigo) e IV fazem parte integrante do presente contrato.

Cláusula VI

Entidade Gestora

O Fundo será gerido pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., adiante também designada por Entidade Gestora.

Cláusula VII

Património Inicial

O património inicial do Fundo foi de € 878.346,78 (oitocentos e setenta e oito mil trezentos e quarenta e seis euros e setenta e oito cêntimos), resultante da transferência direta, do montante apurado na data da sua constituição, do valor do Resgate do Contrato de Seguro n.º 306.735.

Cláusula VIII

Plano de Pensões

O Plano de Pensões garantido pelo Fundo, adiante também designado apenas por Plano de Pensões ou Plano, é o que consta do Anexo I ao presente Contrato Constitutivo, sendo dele parte integrante.

Cláusula IX

Forma de Pagamento de Benefícios

Os benefícios decorrentes do Plano identificado no artigo anterior são pagos diretamente pelo Fundo.

Cláusula X

Financiamento

1. O financiamento do Plano de Pensões fica totalmente a cargo do Associado, não existindo contribuições dos Participantes.

2. O Fundo é ainda financiado pela totalidade do rendimento líquido dos valores de investimento, bem como pela mais-valia realizada na alienação ou reembolso de valores do seu património.

Cláusula XI

Encargos

1. Dos valores que constituem o ativo do Fundo, sairão as quantias necessárias, referidas no Plano de Pensões, para o pagamento de pensões e respetivos aumentos, estes últimos, apenas quando forem expressamente solicitados pelo Associado;
2. A Entidade Gestora cobrará ao Associado os encargos estabelecidos no Contrato de Gestão do Fundo.

Cláusula XII

Regras de Administração

No âmbito das funções de gestão do Fundo, a Entidade Gestora prosseguirá sempre objetivos de rentabilidade e de segurança e assegurará o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.

Cláusula XIII

Depósito dos Valores

1. Os valores que integram o património do Fundo e, bem assim, os documentos representativos das aplicações daquele serão depositados na Instituição Depositária definida no Contrato de Gestão.
2. A Entidade Gestora poderá transferir os valores do Fundo para outra Instituição Depositária, desde que para tanto obtenha o acordo prévio do Associado e comunique a transferência e as respetivas condições contratuais à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, adiante designada por ASF.

Cláusula XIV

Transferência da Gestão

1. O Associado pode transferir, a gestão do Fundo para outra Entidade Gestora, desde que notifique a Entidade Gestora, por carta registada, com uma antecedência mínima de 3 meses relativamente à data aniversária em que pretenda que aquela produza efeitos.



2. Todos os valores que à data constituírem o património do Fundo são transferidos para a gestão da nova Entidade Gestora.
3. A efetiva transferência da gestão do Fundo depende de autorização da ASF.
4. O Associado suportará todos os custos emergentes da transferência da gestão do Fundo, não havendo lugar à aplicação de qualquer penalização.

Cláusula XV

Empréstimos

O Fundo não prevê a concessão de empréstimos aos Participantes.

Cláusula XVI

Alterações Contratuais

O Associado e a Entidade Gestora poderão livremente alterar o conteúdo do presente contrato, desde que exista acordo entre ambos, com as limitações previstas na legislação que em cada momento estiver em vigor, e que obtenham para o efeito autorização prévia da ASF.

Nenhuma alteração pode modificar o objetivo e a afetação do Fundo aos seus fins.

Cláusula XVII

Comissão de Acompanhamento

1 - O cumprimento do Plano de Pensões e a gestão do Fundo de Pensões são verificados por uma Comissão de Acompanhamento (CAPP) constituída nos termos da legislação em vigor e dos Estatutos e Regulamento de Constituição e Funcionamento que constitui o Anexo I ao presente contrato e que dele faz parte integrante.

2 - Com exceção da CAPP que já se encontra constituída, a obrigatoriedade da sua constituição subsequente, inicia-se após a celebração do presente contrato, quando o Plano de Pensões conte com mais de cem membros (participantes e/ou beneficiários), devendo, então, a Entidade Gestora dar cumprimento à obrigação de informar os Participantes e Beneficiários prevista no Artigo 8.º do Anexo I referido no número anterior.

3 - O mandato da CAPP que estiver em vigor não se interrompe pelo facto de após a data da eleição/designação dos seus membros, o Plano de Pensões ter passado a abranger menos de cem membros. Nesse caso, contudo, terminado o mandato dos membros da CAPP em curso, a CAPP extingue-se, não se procedendo a eleição/designação de novos membros para aquela comissão, até que aquele

[Handwritten signatures and initials]

requisito legal seja novamente preenchido. Quando o plano a que a CAPP se refere voltar a abranger pelo menos cem membros aplica-se de novo o regime previsto nos números anteriores.

Cláusula XVIII

Representação do Associado

O Associado assegurará a sua representação através do seu Conselho de Administração ou por pessoa designada por este Órgão, para exercer pessoalmente as funções de representação.

Cláusula XIX

Extinção do Associado

Em caso de extinção do Associado, por falência ou cessação de atividade, o Fundo deverá ser liquidado, salvo se a responsabilidade pelo financiamento do Plano for assumida por uma outra Entidade.

Cláusula XX

Extinção da Entidade Gestora

Se a Entidade Gestora do Fundo cessar a atividade, deverá comunicar tal facto ao Associado com um aviso prévio de noventa dias e assegurar a transferência da gestão do Fundo para outra entidade habilitada.

Cláusula XXI

Causas de Extinção do Fundo

O Fundo será extinto nos termos previstos na lei e ainda em qualquer das seguintes situações:

- a) Realização do seu objetivo ou por este se tornar impossível;
- b) Falta de meios patrimoniais ou financeiros do Fundo ou do Associado, nomeadamente em caso de incumprimento dos requisitos legais de financiamento do Plano de Pensões;
- c) Em caso de extinção do Associado, salvo se a responsabilidade pelo financiamento do Plano for assumida por uma outra Entidade;



Cláusula XXII

Liquidação do Fundo

1. No momento da sua extinção, suspenso o pagamento das contribuições, deve ser liquidado o património do Fundo que lhe estiver afeto e, após o pagamento de todas as despesas devidas, devem ser garantidos os seguintes direitos aos Participantes e Beneficiários respetivos, considerando no cumprimento de tais responsabilidades a seguinte ordem de precedência:
 - a) Em primeiro lugar, o património assim encontrado, responderá até aos limites da sua capacidade financeira por todas as responsabilidades respeitantes aos respetivos Beneficiários reformados, através da aquisição, junto de uma seguradora, de rendas vitalícias imediatas;
 - b) Em segundo lugar, garantir a imediata entrada em pagamento das pensões correspondentes aos Participantes que, encontrando-se em atividade, tenham atingido ou ultrapassado a idade normal de reforma, através da aquisição de rendas vitalícias imediatas;
 - c) A transferência dos montantes correspondentes às pensões em formação, a atribuir aos Participantes que ainda não tenham atingido a idade normal de reforma para outro fundo de pensões escolhido nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 31.º do Decreto-lei n.º 12/2006, de 20 de janeiro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro;
 - d) Em caso de insuficiência financeira, o património do Fundo responderá, preferencialmente pelas responsabilidades enunciadas e pela ordem das alíneas anteriores, com recurso a rateio proporcional às respetivas responsabilidades naquela em que for necessário;
2. As pensões pagas ao abrigo do número anterior serão atualizadas, desde que esta atualização esteja contratualmente estipulada.
3. Por último, se, assegurados os direitos referidos nas alíneas anteriores, através de estudo atuarial, existir algum valor remanescente, este será utilizado para aumentar, de forma proporcional, as respetivas pensões.

A extinção do Fundo deve ser precedida de autorização da ASF.

Cláusula XXIII

Legislação Aplicável

Tudo o que não se encontrar especificamente previsto neste contrato será regido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis aos Fundos de Pensões.



Executado em duas vias e assinado pelas partes.

Lisboa, 19 de julho de 2017

N.º 11.001.2017
S.T.E.T.

S.T.E.T. – Sociedade Técnica de Equipamentos e Tractores, S.A.

CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

ANEXO I
AO CONTRATO CONSTITUTIVO DO
FUNDO DE PENSÕES S.T.E.T

PLANO DE PENSÕES

1. Definições

Data normal de reforma - a data em que, em cada momento, para a Segurança Social, se obtém o direito à reforma por velhice, ou seja os 65 anos de idade, não se prevendo a aplicação da antecipação da reforma.

Período de Carência - Estabelece-se que o Plano de Pensões, no que se refere à atribuição de pensões de reforma e invalidez, respeitará o cumprimento de um período mínimo de dez anos ao serviço da STET.

2. Benefícios

Os benefícios garantidos pelos números seguintes só são aplicáveis aos Participantes e Beneficiários do Fundo, nos termos da cláusula quinta do presente Contrato Constitutivo.

2.1. Reforma por Velhice e Invalidez

2.1.1. Os empregados no ativo, que sejam reformados por velhice ou invalidez, e tenham cumprido o período de carência definido anteriormente, terão direito a uma pensão complementar à concedida pela Segurança Social, anual, vitalícia, pagável mensalmente, calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$PM = (50\% + 2\% \times N) \times SM - PSS$$

em que:

- PM – Pensão mensal a cargo do esquema;
- SM – Salário base líquido mensal auferido à data normal da reforma;
- PSS – Pensão mensal líquida concedida pela Segurança Social;
- N – Número de anos de serviço à data da reforma, sendo $N < 25$.



O salário ilíquido informado à Previdência Oficial é composto pelo vencimento base e todos os valores variáveis passíveis de desconto para a Segurança Social.

2.1.2. No caso de um Participante ser considerado total e permanentemente inválido antes da data normal de reforma, os parâmetros anteriores reportam-se ao momento do reconhecimento, por parte da Segurança Social, da ocorrência que origine a situação de invalidez.

2.1.3. As pensões mensais de reforma por velhice e invalidez a que os Beneficiários têm direito são pagas 13 vezes em cada ano. A décima terceira prestação vence-se no mês de novembro.

3. Atualização de Pensões

As pensões a pagar a cargo deste Fundo não serão atualizadas, exceto quando expressamente solicitado por parte do Associado. Nesse caso, serão formalizadas através da emissão de uma contribuição extraordinária, calculada para o efeito.

4. Cessação de serviço antes da data normal de reforma

O Participante que cesse o seu vínculo laboral com o Associado, por motivos que não sejam os da reforma, fica, por esse efeito, automaticamente excluído do Plano, revertendo para o Fundo o valor do benefício que lhe corresponderia.

5. Ocorrência de Reforma por Invalidez

No caso de um Participante no Ativo passar à situação de Reforma por Invalidez e consequentemente originar uma insuficiência no nível de financiamento do Fundo, deverá ser efetuada, por parte do Associado, uma contribuição extraordinária.

Three handwritten signatures in blue ink are located at the bottom right of the page. The first signature is a large, stylized 'A'. The second signature is a cursive name, possibly 'Cecília'. The third signature is a cursive name, possibly 'Rafael'.

ANEXO II

Estatutos e Regulamento de Constituição e Funcionamento da Comissão de Acompanhamento do Plano de Pensões (CAPP)

Artigo 1º – Definição

A Comissão de Acompanhamento do Plano de Pensões (adiante designada por CAPP) é o órgão através do qual o Associado, os Participantes e Beneficiários acompanham conjuntamente o cumprimento do Plano de Pensões e a gestão do respetivo Fundo de Pensões.

Artigo 2º – Composição e Mandato

1. A CAPP é composta por três membros efetivos e um suplente, dos quais dois membros efetivos serão designados pelo Associado e um efetivo e respetivo suplente serão representantes dos Participantes e Beneficiários, eleitos pelo universo global dos Participantes e Beneficiários do Fundo nos termos da lei e dos presentes estatutos
2. Caso o representante dos Participantes e Beneficiários, renuncie ao seu cargo ou, por qualquer outra razão deixe de ter condições para exercê-lo, deverá ser substituído pelo seu suplente.
3. O suplente apenas substitui o membro efetivo nos impedimentos definitivos deste.
4. Na situação prevista no número anterior, caso não haja suplente, a designação do representante faz-se nos termos previstos nos números 3. a 15. do Artigo 3º.
5. Quando, na sequência dos processos previstos nos números 3 a 15. do Artigo 3º, não sejam designados os representantes dos Participantes e Beneficiários, a CAPP funcionará com os representantes do Associado.
6. Caso qualquer dos representantes do Associado renuncie ao seu cargo ou deixe de ter condições para exercê-lo, o Associado deverá prontamente indicar um novo representante. O Associado pode substituir livremente e em qualquer momento os membros por si designados.
7. O mandato dos membros da CAPP terá a duração de 3 anos. Os membros podem ser redesignados ou reeleitos, não existindo qualquer limitação quanto ao número de mandatos. A substituição intercalar de qualquer membro é efetuada pelo tempo que faltar até ao termo do mandato que estiver em curso.

8. Os membros da CAPP manter-se-ão em funções até à designação ou eleição de novos membros, mas por período não superior a 6 (seis) meses após o termo do respetivo mandato.

9. Os membros da CAPP não podem exercer funções, seja de que tipo for, ou ter interesse, direto ou indireto, em qualquer entidade externa ao Associado que, a qualquer título, venha a intervir na gestão ou fiscalização do Fundo de Pensões, podendo ser destituídos pelo Associado com fundamento na referida incompatibilidade.

Artigo 3º – Nomeação dos Membros da CAPP

1. O Associado desenvolverá os melhores esforços para promover a nomeação dos seus representantes na CAPP.

2. Os representantes do Associado devem ser designados no prazo de 20 (vinte) dias a contar da comunicação que para o efeito lhes for dirigida pela Entidade Gestora do Fundo, sendo comunicada a sua identidade e morada a esta última nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva designação.

3. O Associado desenvolverá os melhores esforços para promover a eleição atempada dos representantes dos Participantes e Beneficiários na CAPP para cada mandato:

(a) Prestando toda a informação relevante acerca do Plano de Pensões, do Fundo de Pensões e da CAPP aos Participantes e Beneficiários;

(b) Prestando todos os meios materiais e logísticos para a realização da referida eleição;

(c) Promovendo o ato eleitoral, nos termos dos números seguintes e suportando as despesas gerais com a respetiva realização.

4. A eleição dos representantes dos Participantes e Beneficiários na CAPP será feita com respeito pelos seguintes princípios:

(a) A cada Participante e Beneficiário do Fundo corresponderá um voto;

(b) O voto será livre, pessoal e secreto.

5. O Associado promoverá o processo eleitoral no prazo de dez dias a contar da comunicação que para o efeito lhe for dirigida pela Entidade Gestora do Fundo de Pensões.

6. Têm capacidade eleitoral ativa todos os Participantes e Beneficiários do Fundo.



7. O período eleitoral inicia-se com a marcação, devendo, a partir deste mesmo dia, o Associado manter à disposição dos eleitores a lista com todos os Participantes e Beneficiários do Fundo de Pensões.
8. A marcação das eleições deverá ser comunicada, no âmbito da empresa, de modo a tornar público o ato eleitoral, designadamente o prazo e condições para apresentação de candidaturas, os serviços do Associado onde estas deverão ser apresentadas e o local, horário e meios da votação (que poderá ser por correspondência), bem como, o número de votos expressos necessários à validade da mesma. Os Beneficiários, por não serem trabalhadores no ativo do Associado, serão avisados por carta simples expedida para a sua morada.
9. Cada candidatura deverá conter a identificação do candidato.
10. O prazo para apresentação das candidaturas inicia-se no dia da publicitação do processo eleitoral, devendo aquelas ser apresentadas, por escrito e assinadas pelos candidatos, junto dos serviços do Associado que este vier a indicar, até ao décimo quinto dia posterior ao daquela publicitação.
11. As candidaturas serão afixadas em lugar apropriado e anunciadas em meios de informação interna, de modo a serem conhecidas dos Participantes e Beneficiários.
12. O quórum necessário para a validade dos resultados eleitorais corresponde à maioria dos Participantes e Beneficiários. Caso não se verifique quórum na primeira eleição, proceder-se-á à segunda eleição cujos resultados serão válidos independentemente do número de Participantes e Beneficiários que tiverem votado.
13. O candidato que obtiver maior número de votos preenche o lugar de membro efetivo da CAPP e o candidato que obtiver um número de votos imediatamente a seguir preenche o lugar de suplente.
14. Com respeito pelo previsto no presente documento, o Associado poderá fixar um regulamento eleitoral, cabendo-lhe ainda o poder de, em caso de dúvida ou omissão, interpretar e preencher eventuais lacunas que possam suscitar-se no âmbito do regime de eleição dos representantes dos Participantes e Beneficiários na CAPP.
15. Quando a designação dos representantes dos Participantes e Beneficiários não seja possível por ausência de candidatos, tal facto deverá ser comunicado por escrito pelo Associado à Entidade Gestora do Fundo de Pensões num prazo máximo de 5 (cinco) dias após o término do prazo para apresentação das candidaturas, devendo então a Entidade Gestora, nos 5 (cinco) dias subsequentes, instar a Comissão de Trabalhadores do Associado a designar os



representantes dos Participantes e Beneficiários do Fundo na CAPP, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar da data da comunicação recebida da Entidade Gestora, sendo comunicada a sua identidade e morada a esta última nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva designação.

Artigo 4º – Regras de Funcionamento da CAPP

1. O presidente da CAPP será nomeado pelo Associado de entre um dos representantes por si designados.
2. Cada membro da CAPP dispõe de um voto e o presidente terá voto de qualidade nas deliberações.
3. A CAPP reúne em reuniões ordinárias com periodicidade semestral, e sempre que for convocada pelo seu presidente, pelos outros dois membros, pelo Associado ou pela Entidade Gestora. A convocatória para as reuniões será realizada através de comunicação escrita ou eletrónica, com pelo menos 10 dias úteis de antecedência, a qual deverá indicar o local, dia e hora da reunião e a respetiva ordem de trabalhos, com a indicação, quando seja o caso, dos documentos que se destinam a ser apreciados na reunião e do local em que os mesmos se encontram disponíveis.
4. A CAPP não pode deliberar sem que esteja presente ou representada ou participe por voto escrito a maioria dos seus membros e que um deles seja o representante dos Participantes e Beneficiários.
5. As deliberações da CAPP são tomadas por maioria dos votos dos membros presentes ou representados e dos que votem por correspondência.
6. De cada reunião da CAPP deve ser lavrada uma ata. Nas deliberações em que existam eventuais votos contra, estes devem ser registados em ata com a indicação da respetiva fundamentação. O presidente da CAPP pode designar um Secretário para o assessorar na preparação das reuniões, envio de comunicações e elaboração de minutas de atas.
7. A CAPP poderá elaborar um regulamento com as suas regras internas de funcionamento, que não deverá contrariar o disposto no presente documento.
8. A representação nas reuniões e votações só é permitida entre membros da CAPP em efetividade de funções.

Artigo 5º – Atividades da CAPP

1. Dever de Diligência da CAPP



No exercício das suas funções, a CAPP deverá:

- (a) Atuar de boa fé e no interesse geral dos Participantes e Beneficiários do Fundo de Pensões;
- (b) Atuar com diligência e prudência na fiscalização da Política de Investimento do Fundo de Pensões, tendo especial atenção ao nível de risco envolvido e à diversificação das aplicações;
- (c) Obter aconselhamento de profissionais reputados nas áreas em que não disponha dos conhecimentos adequados.

2. Funções gerais da CAPP

Compete à CAPP:

- (a) Verificar o cumprimento do Plano de Pensões do Associado e as disposições aplicáveis à gestão do fundo;
- (b) Verificar a implementação da Política de Investimento e o financiamento das responsabilidades dos Planos de Pensões;
- (c) Verificar o cumprimento dos deveres de informação aos Participantes e Beneficiários.

3. Funções especiais da CAPP

Compete à CAPP emitir parecer prévio não vinculativo por escrito sobre:

- (a) Alterações relevantes ao Contrato Constitutivo do fundo;
- (b) Cessação ou alteração do(s) Contrato(s) de Gestão;
- (c) Transferência da gestão do Fundo de Pensões de uma entidade gestora para outra entidade gestora;
- (d) Extinção do Fundo de Pensões;
- (e) Pedidos de devolução ao Associado de excesso de financiamento;
- (f) Propostas da entidade gestora para a nomeação do Atuário Responsável pelo Plano de Pensões e do Revisor Oficial de Contas do fundo.

4. Compete ainda à CAPP:

- (a) Elaborar propostas sobre as matérias referidas nos pontos anteriores;
- (b) Solicitar à entidade gestora e à entidade depositária a documentação e informação considerada necessária para o exercício pleno das suas funções;
- (c) Colaborar com o Associado e a Comissão de Trabalhadores na promoção e organização de eleições para os seus membros, quando necessário;
- (d) Elaborar um Relatório Anual sobre as atividades desenvolvidas que será disponibilizado para consulta, quando solicitado, aos Participantes e Beneficiários.



5. A CAPP dispõe de um prazo de 10 dias úteis, ou de 20 dias úteis sempre que a complexidade das matérias a analisar o justificar, para a elaboração e votação dos pareceres referidos no número 3 do presente artigo. Caso este prazo não seja cumprido, considerar-se-á tacitamente que o parecer foi emitido e votado favoravelmente ao projeto ou pedido que lhe tiver sido submetido pelo Associado ou pela Entidade Gestora. Se a CAPP não exercer ou não estiver em condições de exercer, atempadamente as competências que lhe estão atribuídas, considera-se que o Associado e/ou a Entidade Gestora podem agir sem necessidade de a consultar ou em sua representação.

6. Sem prejuízo da informação que nos termos da lei deva ser prestada por outras entidades, a CAPP deverá informar os Participantes e Beneficiários, sempre que solicitado, sobre o Plano de Pensões e suas posteriores alterações, bem como facultar toda a informação necessária à efetiva compreensão do Plano e demais informação relativa à atividade da CAPP.

Artigo 6º - Informação e Confidencialidade

1. Sem prejuízo do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo anterior, a entidade gestora faculta anualmente à CAPP cópia do Relatório e Contas anuais do Fundo de Pensões, bem como dos relatórios do atuário responsável e do revisor oficial de contas elaborados no âmbito das respetivas funções.

2. Os membros da CAPP estão vinculados a um dever de sigilo e confidencialidade relativamente à atividade da CAPP e a todas as informações a que tenham acesso por causa e em função do exercício das suas funções, salvo se as mesmas já forem do conhecimento público e sem prejuízo da divulgação necessária ao exercício da atividade da CAPP ou em cumprimento de um dever legal ou de decisão judicial.

Artigo 7º - Despesas da CAPP

1. As despesas inerentes à representação dos membros na CAPP são assumidas pelo Associado, exceto quando os representantes dos Participantes e Beneficiários resultarem de designação da Comissão de Trabalhadores, caso em que tais despesas serão assumidas pelas entidades a quem compete essa representação, nomeadamente, ao Associado e, à Comissão de Trabalhadores, relativamente aos membros pro cada uma designados.



2. As despesas de funcionamento da CAPP são suportadas nos termos que por ela forem estabelecidos.
3. De forma a poder exercer as suas funções de forma eficiente, a CAPP poderá recorrer a serviços de empresas especializadas nas matérias a analisar, sendo as despesas relativas a estes serviços assumidas nos termos estabelecidos pelos membros da comissão.
4. Nenhuma despesa poderá, contudo, ser imputada ao Fundo de Pensões.

Artigo 8º – Disposição Transitória

No prazo de 20 dias, a contar da data em que o Plano de Pensões conte com mais de 100 (cem) membros (Participantes e/ou Beneficiários), a Entidade Gestora informará os Participantes e Beneficiários das regras de designação e representação dos membros da CAPP e das funções, composição e regras e funcionamento dessa comissão e solicitará ao Associado para designar os respetivos representantes e promover a eleição dos representantes dos Participantes e Beneficiários na CAPP, bem como para procederem à constituição desse órgão.

Artigo 9º – Demais Legislação

Em tudo o que não estiver fixado neste articulado aplicar-se-á a demais legislação em vigor sobre a CAPP.

Handwritten signatures in blue ink at the bottom right of the page. There are three distinct signatures, with the middle one appearing to be a stylized 'A' or 'B' followed by a horizontal line.

ANEXO III

Relação dos trabalhadores do Associado, que no momento da constituição do Fundo de Pensões da STET, figuravam como Participantes:

N.º Emp.	Nome	Data Nascimento	Data Admissão Empresa	Data Admissão Segurança Social
446	Carlos Manuel Duarte Silva	12/44	02/79	01/79
532	José Leonardo Anjos Pinto	01/44	04/80	04/80
598	José Oliveira Bernardino Santos	07/45	06/81	01/79
659	Fernando Jorge Pinheiro Miranda	05/45	10/88	10/88

Handwritten signatures and initials in blue ink.

ANEXO IV

Relação dos pensionistas do Associado, que no momento da constituição do Fundo de Pensões da STET, figuravam como Beneficiários:

Nome	Data Nascimento	Pensão Mensal
Alfredo Silva C. Alves	05/11/16	210,19 €
David Gonçalves Vagos	22/05/17	199,25 €
Bertho Pinheiro Ribeiro	05/09/18	103,53 €
Victoriano Vaz Baptista	07/03/19	111,34 €
João Augusto Silva	16/06/19	214,35 €
João Ramos Caiado	20/05/30	137,35 €
António Soares Faias	17/10/20	150,88 €
Rafael Martinho	06/03/21	281,98 €
Francisco António Sequeira	15/02/22	121,22 €
Leonor Jesus Laureano	20/02/23	122,78 €
Armando Pedro Lopes	01/03/23	178,97 €
José Lopes Tomé	31/12/23	91,04 €
Manuel Marques Bila	08/08/24	234,11 €
Joaquim Jovita C. Silva	15/10/24	219,55 €
Vasco Óscar Fonseca Mira	18/09/25	170,65 €
Alice Piedade Dias	19/08/26	126,94 €
Manuel Borges Rodrigues	26/09/26	137,35 €
Melba Nossa Senhora R.M.Gomes	27/08/27	203,94 €
António Carrega Dourado	01/08/29	143,07 €
Francisco Garcia	02/01/30	238,79 €
Manuel Castro Vieira	01/01/31	105,61 €

Maria Helena Rodrigues T. Pereira	27/04/32	120,71 €
Olívia Mendes Pinto Moraes	09/05/32	137,35 €
Maria de Jesus Tavares	27/12/32	181,05 €
Belinda Valente Silva	14/02/33	200,49 €
Joaquim Alves	27/04/33	124,35 €
Gasparina Silva Barbosa Gomes	24/10/33	228,92 €
Joaquim Serra Ferreira	05/12/33	193,54 €
Maria Emília Soares Gomes	25/05/34	71,80 €
Lucinda Lourenço Eiras	24/08/34	233,08 €
Dulcínio Silva Falcão Ribeiro	14/11/34	116,02 €
Maria Lurdes H. Leite Carvalho	12/02/35	234,63 €
Nair Batista Sousa	24/03/35	136,83 €
Gracinda Silva O. Soares	24/09/35	141,51 €
Miguel Costa Norte (a)	07/03/36	190,41 €
João Ramos Rodrigues (a)	03/11/37	189,90 €
Maria Eulália Mendes Freitas Dias (a)	13/08/39	164,40 €
Maria Teresa P. C. Sousa (a)	11/09/44	138,39 €
Total de Rendas Mensais		6.306,27 €

(a) Reformados por Invalidez

Handwritten signatures and initials in blue ink.